

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

ATA N.º 11/2012

1 Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e doze, às dez horas e trinta minutos, no auditório do
2 curso Técnico de Eletromecânica, no *campus* Pelotas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e
3 Tecnologia Sul-rio-grandense realizou-se uma sessão ordinária do Conselho Superior do IFSul, sob a
4 presidência do professor Antônio Carlos Barum Brod e com a presença dos conselheiros e convidados,
5 conforme lista de presença. Inicialmente, o presidente cumprimentou a todos e parabenizou os
6 conselheiros e aqueles que participaram efetivamente das eleições, ocorridas no mês de novembro no
7 IFSul. Disse que foi uma honra muito grande ter presidido o Conselho durante esse período do pleito,
8 considerando que a eleição foi democrática, transparente e os candidatos apresentaram um
9 comportamento político positivo, engrandecendo, desta maneira, o nome da Instituição. Salientou, que
10 a eleição era algo que tinha de ficar no calendário. O calendário comandava a eleição, ou seja, passado o
11 período das eleições não devíamos mais falar sobre quem ganhou, perdeu, foi derrotado, porque somos
12 uma instituição única e temos que nos comprometer com a Instituição. Ressaltou, também, o seu
13 agradecimento pela forma como foi conduzido esse pleito pela Comissão Eleitoral (COE), em especial ao
14 servidor Ricardo Carrilho, presidente da COE Central, sabendo que houve momentos tensos, de muito
15 trabalho, inclusive nas madrugadas, com vários pontos de arrecadação de votos e, no final, não houve
16 grandes problemas e impedimentos dentro do processo. Ainda com a palavra, o presidente do
17 Conselho, Antônio Brod cumprimentou, novamente, em nome do conselho, o presidente da COE
18 Central, Ricardo Carrilho e toda a sua equipe pelo trabalho desenvolvido e que ainda vem
19 desenvolvendo. Cumprimentou os eleitos, bem como todos que emprestaram seus nomes e suas ideias
20 para, de forma democrática, concorrerem no referido processo. Ressaltou, ainda que, quem nomeia os
21 diretores-gerais eleitos é o reitor eleito e, quem nomeia o reitor eleito é o ministro da educação, através
22 de portaria, na Casa Civil. Comunicou então que, após homologação dos nomes, o processo é
23 protocolado na SETEC e feita uma análise preliminar, a qual será enviada para a COJUR também para
24 análise retornando à SETEC que encaminhará à Casa Civil da Presidência da República onde é feita então
25 a homologação dos nomes e assinaturas. Esclareceu que esse processo levará de sessenta a noventa
26 dias. Desta forma, informou que o novo reitor assumirá quando a portaria for exarada e isso poderá ser
27 em quarenta e cinco, cinquenta, sessenta ou noventa dias, a partir do dia sete de janeiro de dois mil e
28 treze. Informou, ainda que, de praxe, os novos diretores-gerais eleitos têm sido nomeados pelo novo
29 reitor eleito. Ainda com a palavra, o presidente do Conselho Superior disse que seria interessante
30 manter essa condição, até porque poderia ser feita uma posse única e, assim, após a nomeação e posse

Alu
is
Luana

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Br

[Handwritten signatures]

69 impetrado pelo referido *campus*. Logo após, o presidente da COE Central apresentou seu agradecimento
70 especial ao professor José Carlos Pereira Nogueira, diretor-geral do *campus* Pelotas pelo empréstimo
71 dos carros, da gráfica, de servidores, os quais foram altamente prestativos, inclusive registrou o trabalho
72 específico do servidor João Manoel Martins da Cruz, o qual conseguiu montar um roteiro de viagens,
73 cuja logística previa o atendimento aos polos EaD e aos *campi*, durante o processo eleitoral. Nessa
74 oportunidade, agradeceu, também, os integrantes das Comissões Eleitorais locais dos *campi* e os da COE
75 Central que trabalharam com muito afinco na realização desse processo. Enfim, registrou que sem a
76 dedicação dessa equipe esse processo não teria acontecido. Ao final desse relato o presidente da COE
77 Central, servidor Ricardo Carrilho foi aplaudido pelo trabalho apresentado e realizado ao longo de todo
78 esse pleito. Em prosseguimento, o conselheiro José Carlos Nogueira cumprimentou todos os envolvidos
79 no processo eleitoral, em especial ao servidor Ricardo Carrilho, aos membros das COEs, aos que
80 trabalharam de forma direta ou indireta, pela dedicação, pela doação nesses dias e, principalmente pela
81 qualidade do trabalho executado em tempo exíguo. Salientou que sem essa doação não teriam
82 conseguido alcançar os objetivos propostos, devido ao grande número de municípios envolvidos e com
83 as diversidades que tiveram em todos os aspectos, sendo ágeis na solicitação de apoio em todos os
84 *campi*, mas ressaltou que o mérito, realmente, foi dos integrantes das Comissões Eleitorais para que se
85 chegasse à conclusão desse pleito. Registrou, também, que tínhamos muito a avançar e evoluir como
86 processo cidadão, devido o fato de muitas propostas dos candidatos não terem sido conhecidas pelos
87 alunos e servidores dos diversos *campi*, por isso ressaltou que pela magnitude de nossa Instituição e
88 responsabilidade, esses processos eleitorais não deveriam acontecer em curto espaço de tempo e,
89 nesse sentido, acrescentou da necessidade de serem aprimorados. A seguir, o presidente do Conselho
90 Superior, Antônio Brod ratificou as palavras do presidente da COE Central, Ricardo Carrilho e do
91 conselheiro José Carlos Nogueira e sugeriu ao Conselho e ao reitor eleito, Marcelo Bender Machado que
92 se repense uma estrutura de eleição, tendo em vista que daqui a quatro anos já estaremos com mais
93 três *campi* e talvez mais polos. Acrescentou, dizendo que realmente durante esse processo, pelo
94 número de pessoas envolvidas e pelas distâncias percorridas, poderia ter acarretado problemas
95 maiores. Nesse sentido, ressaltou dizendo que o Conselho também se responsabilize em pensar ações
96 que possam vir efetivamente a contribuir no próximo pleito para que não tenhamos nenhuma surpresa
97 com relação ao processo de logística, o qual nesse pleito foi muito sacrificante. Lembrou, também, que
98 durante este ano passamos por uma greve longa, fazendo com que o tempo dos trabalhos ficasse
99 reduzido. Ressaltou, ainda, a importância do Conselho Superior ter como meta, para as próximas
100 eleições, uma estrutura bem montada, devido ao crescimento da instituição. A seguir, os conselheiros
101 solicitaram esclarecimentos sobre o pleito no *campus* Pelotas-Visconde da Graça. Com a palavra, o
102 presidente da COE Central, Ricardo Carrilho esclareceu que devido a recursos impetrados pelo
103 candidato Ricardo Lemos Sainz o processo encontra-se em *sub judice*, interno da COE Central.
104 Esclareceu, ainda, que obedecerão o Art. 57 do Regulamento do processo eleitoral que trata sobre
105 divergência entre o número de cédulas constantes na urna e o número de votantes que assinaram a lista
106 nominal de votação. Nesse sentido, disse que se fará nova contagem de votos dessa urna e será de

Albre
Laine

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

107 responsabilidade da COE Central, juntamente com a COE do *campus* Pelotas-Visconde da Graça, com a
108 presença de fiscais e, em persistindo essa diferença deverá ocorrer nova eleição. Logo após, o
109 representante da COE Central Elton Pedroso leu o Art. 57 do Regulamento do Processo Eleitoral e
110 questionou sobre quais pessoas votarão, se somente as relacionadas naquela seção ou todo o segmento
111 administrativo. Disse ainda, que o referido artigo não deixou claramente expressa a intenção. Na
112 sequência, o presidente do Conselho Superior pronunciou-se dizendo que em razão dessas
113 manifestações e dúvidas sobre a eleição no *campus* Pelotas-Visconde da Graça não haverá, pelo
114 Conselho Superior, nenhuma definição, mas se mostrou preocupado com a fala do membro da COE
115 Central, Elton Pedroso, quanto ao conteúdo do referido artigo, tendo em vista que revelou um conflito,
116 pelo fato de não estar esclarecido quem seria o novo segmento votante, se todos ou os nominados na
117 ata e, nesse sentido, disse que o Conselho Superior era soberano e deveria se manifestar, haja vista que
118 foi o próprio Conselho que estabeleceu a regra. Em prosseguimento, o presidente do Conselho
119 Superior, Antônio Brod, colocou em regime de homologação os resultados das eleições aqui
120 apresentados pela Comissão Eleitoral Central – COE Central, exceto do *campus* Pelotas-Visconde da
121 Graça que está *sub judice*. Por unanimidade, foram homologados os nomes dos eleitos para reitor e
122 diretores-gerais dos *campi* onde houve eleições. Na sequência, o conselheiro Francisco Carlos Brongar
123 parabenizou a Comissão Eleitoral - COE e os candidatos ao pleito e, após, lembrou o conselheiro que,
124 quando das eleições para a formação das COEs, o *campus* Pelotas-Visconde da Graça entrou com ação
125 para que os polos também participassem da votação, no entanto, disse que durante o processo eleitoral
126 o referido *campus* não enviou mesários aos polos no processo eleitoral. Nesse sentido, lamentou e
127 repudiou tal comportamento do *campus* Pelotas-Visconde da Graça nessa eleição. Na sequência, os
128 conselheiros continuaram a se manifestar sobre as eleições no *campus* Pelotas-Visconde da Graça. Com
129 a palavra, a conselheira Cléia de Andrade Salles concordou com a fala do conselheiro Francisco Brongar
130 dizendo ainda, que o processo eleitoral é maior do que tudo isso que ocorreu no *campus* Pelotas-
131 Visconde da Graça e que, nesse novo pleito, os servidores no referido *campus* participem e colaborem
132 com mais atenção e, sugeriu, também, que no processo eleitoral futuro seja feita convocação dos
133 servidores, através de portarias. Logo após, o conselheiro José Carlos Nogueira manifestou-se dizendo
134 que, no seu entendimento e por questão ética, os candidatos ao pleito que tinham cargo de direção não
135 poderiam indicar e sim, convidar as pessoas a participarem do processo eleitoral, ressaltando que esse
136 processo apresentou falhas que necessitam serem sanadas para o próximo pleito nessa instituição.
137 Quanto ao pleito no *campus* Pelotas-Visconde da Graça, disse que é muito conflitante essa situação. A
138 seguir, o conselheiro Edison Viana Schuch disse que quem deveria votar no *campus* Pelotas-Visconde da
139 Graça, nesse novo momento, seriam as pessoas que constavam na lista dessa urna e, inclusive, os que
140 estavam em trânsito. Na sequência, a conselheira Carina Mendes sugeriu que, havendo nova eleição no
141 *campus* Pelotas-Visconde da Graça, os mesários tivessem maior cuidado quando da colocação do voto
142 na urna, porque, no seu entendimento, houve descuido por parte dos mesários nesse processo eleitoral,
143 gerando esses problemas. Logo após, a conselheira Daiane Luche Dorow falou que a COE Central foi
144 eleita para decidir estas questões e questionou até que ponto é legítimo o Conselho discutir sobre isso

Handwritten signatures in blue ink on the right margin, including names like 'Antonio Brod', 'Francisco Carlos Brongar', 'José Carlos Nogueira', 'Edison Viana Schuch', 'Cleya de Andrade Salles', 'Carina Mendes', and 'Daiane Luche Dorow'.

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Elton Pedroso', 'Francisco Carlos Brongar', 'José Carlos Nogueira', 'Edison Viana Schuch', 'Cleya de Andrade Salles', 'Carina Mendes', and 'Daiane Luche Dorow'.

145 e, sim, a COE Central discutir e após trazer ao Conselho para resolução. Acrescentou que não tem
146 conhecimento jurídico, é apenas conselheira e por isso, sugeriu que essas dúvidas sejam repassadas ao
147 Jurídico. Ressaltou, ainda, que temos um regulamento, temos uma COE Central e temos, também, um
148 advogado para resolver estas questões. Na sequência, o conselheiro Ricardo Sainz concordou com as
149 palavras do conselheiro José Carlos Nogueira, dizendo que também não se sentiu apto a indicar pessoas
150 a participarem do pleito no *campus* Pelotas-Visconde da Graça, mas se tivesse recebido, à época,
151 documento da COE Central sobre essa demanda na direção-geral teria designado pessoas para
152 trabalharem no processo eleitoral. Disse, também, que concordou com a fala da conselheira Daiane
153 Dorow que devemos consultar o jurídico sobre o ocorrido no *campus* Pelotas-Visconde da Graça. A
154 seguir, o presidente da COE Central comunicou que a decisão com relação a esse caso acontecido no
155 *campus* Pelotas-Visconde da Graça será em função do que o Jurídico informar à COE Central. Logo após,
156 a conselheira Cléia Andrade Salles disse que esse processo eleitoral foi um aprendizado para os
157 conselheiros e, sugeriu que na próxima montagem de regulamento de processo eleitoral se observe
158 mais especificamente cada artigo para se evitar problemas durante o pleito. A seguir, o conselheiro
159 Adão Silva lembrou que tal situação saiu na imprensa e ficou preocupado com a imagem da Instituição.
160 Na oportunidade, o presidente do Conselho Superior disse que realmente estas questões fogem do
161 controle das pessoas e tomam uma dimensão maior e o que se busca aqui no Conselho é minimizar e
162 enfrentar os problemas de frente e devemos, também, ser bem honestos e transparentes,
163 reconhecendo que, infelizmente, tivemos problemas nesse processo eleitoral e estamos tentando
164 resolvê-los da melhor maneira possível, dentro do que a legislação estabelece e dentro do que foi
165 tratado neste Conselho. Ainda com a palavra, o presidente do Conselho Superior, Antônio Brod
166 pronunciou-se dizendo que, por tudo o que foi falado, o encaminhamento será através da COE Central
167 que levará esse processo à Procuradoria Jurídica que é um órgão independente, a qual se posicionará,
168 através de um parecer oficial. Ressaltou que a Procuradoria Jurídica é ligada à Advocacia Geral da União
169 – AGU, que presta um serviço à instituição. Desta forma, teremos um parecer jurídico baseado na
170 legalidade, no entendimento dos fatos e o que vier da Procuradoria terá de ser acatado. Em
171 prosseguimento, o presidente do Conselho Superior, Antônio Brod passou a tratar do **item quatro da**
172 **pauta, que trata da homologação das portarias *ad referendum* de números 1750/2012, 1893/2012,**
173 **1894/2012, 1895/2012, 1972/2012, 2021/2012, 2138/2012, 2139/2012, 2140/2012, 2142/2012 e**
174 **2143/2012.** Na oportunidade, disse que, com exceção da portaria que trata da questão da relocação de
175 CDs e FGs, que foram funções que chegaram no final do ano e eram dívidas que a SETEC/MEC tinha com
176 a Instituição, as demais portarias vêm com o parecer favorável da Pró-reitoria de Ensino – PROEN, por
177 isso propôs que tais portarias fossem votadas em bloco. O Conselho manifestou-se favorável a essa
178 proposição. Com a palavra, o conselheiro Antônio Brod citou as referidas portarias, que foram as de
179 números 1750/2012, 1893/2012, 1894/2012, 1895/2012, 2138/2012, 2139/2012 e 2140/2012. A seguir,
180 foram postas em regime de aprovação as portarias *ad referendum* citadas acima. Foram aprovadas por
181 unanimidade. Logo após, o presidente do Conselho Superior, Antônio Brod citou as portarias seguintes,
182 de números 1972/2012, 2021/2012, 2142/2012 e 2143/2012. Com a palavra, o presidente do Conselho

Cléia Andrade Salles
Daiane Dorow

Antônio Brod

Antônio Brod

Antônio Brod

Antônio Brod
Antônio Brod
Antônio Brod

Antônio Brod

Antônio Brod

Antônio Brod

Antônio Brod

Antônio Brod

Antônio Brod

Antônio Brod

183 Superior explicou, tecnicamente, o conteúdo da portaria número 1972/2012, que trata da estrutura
184 organizacional – cargos e funções, do IFSul. Esclareceu que desde dois mil e dez, quando foi criado o
185 Projeto de Lei (PL), aprovado recentemente, havia uma dívida da SETEC/MEC com alguns institutos,
186 relacionados com alguns *campi* e a própria reitoria, com relação à distribuição de FGs e CDs e, desde
187 dois mil e cinco está havendo um redimensionamento equânime nesse sentido para todos os institutos
188 por parte do MEC. Ainda com a palavra, o presidente do Conselho Superior disse que foi emitida, então,
189 essa portaria para relocar essas funções e cargos. Comunicou também, que está previsto para o
190 primeiro semestre de dois mil e treze a autorização da Função de Coordenadoria Comissionada – FCC.
191 Explicou, então que quando essas FCCs chegarem, todas as FG-2 em docência passarão para o corpo
192 administrativo e os coordenadores pedagógicos ficarão com as FCCs. Informou ainda que, na próxima
193 reunião do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e
194 Tecnológica – CONIF, que está marcada para o próximo dia doze de dezembro, será assunto de pauta a
195 liberação dessas funções. Esclareceu, também, que os *campi* da expansão estão regidamente
196 contemplados com as suas funções e cargos. A seguir, o conselheiro Adão Souza Junior manifestou-se
197 dizendo que é interessante trazer ao conselho os dados do modelo de referência do CONIF com relação
198 à distribuição de funções e cargos às instituições para que todos tenham uma noção geral. Na
199 sequência, o presidente do Conselho Superior ressaltou que em tudo o que é liberado, com relação às
200 funções e cargos pelo MEC é observado o Projeto de Lei. O assunto foi amplamente discutido e ficou
201 esclarecida que a concessão de FGs e CDs é dimensionada para os *campi* em função do número de
202 alunos. Falou que na próxima reunião do Conselho Superior trará esse modelo com a proposta de
203 dimensionamento e, quando essas funções forem liberadas pelo MEC, teremos uma noção de como se
204 dará a distribuição das mesmas. Com a palavra o conselheiro Adão Souza Junior solicitou que esse
205 documento fosse enviado por e-mail aos conselheiros. A seguir, o presidente do Conselho Superior
206 salientou que será enviado aos conselheiros o modelo de referência que foi proposto e isso não significa
207 que seja o definitivo e sim, a expectativa do que seria o ideal. Logo após, a conselheira Daiane Luche
208 Dorow falou que nos *campi*, e especificamente no *campus* Pelotas, estão sendo criados núcleos, nos
209 quais as pessoas trabalham voluntariamente, além das suas tarefas e, como exemplo citou o núcleo de
210 capacitação. Disse que esses núcleos estão se multiplicando e isso é preocupante porque há legislação a
211 ser cumprida, por isso falou que deveriam ser coordenações e não núcleos. Acrescentou que essas FGs
212 deveriam ser distribuídas aos *campi*, para os trabalhos voluntários que são ações da gestão, realizados
213 por nossos colegas e que, na maioria das vezes, não são valorizados. Com a palavra, o presidente do
214 Conselho Superior disse que compreendeu e achou justa a manifestação da conselheira, mas esclareceu
215 que temos situações de ordem legal que precisam ter o amparo mínimo que seja para que se possa ter
216 cobrança. Disse, também, que não se pode ter uma pessoa responsável por um determinado setor, que
217 assine e receba algum tipo de responsabilidade, seja ela financeira, patrimonial, pedagógica, que não
218 tenha função. Enfatizou que o que foram realizadas apenas relocações para atendimento de setores
219 que respondem por atos normativos. A seguir, o conselheiro Adão Souza Junior pronunciou-se dizendo
220 que no organograma temos um grande número de assessores, auxiliares e, ao mesmo tempo, o número

221 de núcleos e atividades, que são criados por uma exigência da lei é colocado como atividade não
222 remunerada, mas de grande responsabilidade. Citou como exemplo a Comissão Permanente de Pessoal
223 Docente – CPPD e, salientou que está difícil de alguém assumir essa responsabilidade, tendo em vista
224 que há muita atividade sem nenhuma vantagem. Acrescentou, ainda, que é importante que se tenha
225 uma visão de processos estruturantes e se faça um levantamento dos núcleos e das atividades antes de
226 se criar cargos. Logo após, o presidente do Conselho Superior disse que tal discussão é válida e cabe, no
227 momento oportuno, realizar um grande dimensionamento. Explicou que a CPPD não pode ter função
228 porque é ligada ao reitor. Pediu ao Pró-reitor adjunto, Mauro Cunha, presente à reunião, que em outra
229 oportunidade traga ao conselho os organogramas para serem analisados. A seguir, o presidente do
230 Conselho Superior colocou em regime de aprovação as portarias aqui apresentadas. Foram aprovadas
231 pela maioria com três abstenções. Em prosseguimento, o presidente do Conselho Superior passou a
232 tratar do item onze da pauta: **Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PRDI**. A seguir, o
233 presidente do Conselho Superior passou a palavra ao Pró-reitor adjunto, professor Mauro Cunha para
234 apresentação desse item. Com a palavra o professor Mauro Cunha disse que foram realizadas reuniões
235 com as comissões dos *campi* com o objetivo de atualizar o referido Plano. Realizou a apresentação do
236 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), através de projeção em tela. Após observações,
237 esclarecimentos e análises pelos conselheiros foi sugerido que fosse mudada a nomenclatura dos
238 laboratórios de informática para laboratórios de uso geral. A seguir, o presidente do Conselho Superior
239 colocou em regime de votação essa sugestão. Foi aprovada a mudança nestes termos. Na sequência, o
240 conselheiro José Carlos Nogueira sugeriu também que se aperfeiçoasse essa ideia e se descrevesse e
241 padronizasse o que é considerado laboratório de informática. Nesse sentido, o presidente do Conselho
242 Superior falou que se poderia enviar documento à Diretoria de Projetos e Obras - DPO solicitando que
243 explicitasse as diretrizes básicas do que caracteriza um laboratório de informática, no sentido de
244 uniformizar o mínimo que se deva ter nesses laboratórios. Acrescentou também, que é necessário
245 definir a nomenclatura desses laboratórios. Ainda com a palavra, o presidente do Conselho Superior
246 sugeriu que se realize no IFSul um fórum ou seminário de discussão na área de informática com o
247 objetivo de se adotar uma linguagem única e/ou padronizada nessa área. Logo após, o presidente do
248 Conselho Superior propôs que se aprove o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI com ressalvas,
249 devendo os diretores-gerais encaminhar à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRDI, até o
250 dia sete de dezembro de dois mil e doze, às doze horas, o número de laboratórios de informática de uso
251 geral e específicos e o que desejam alterar no que está posto da infraestrutura. A seguir, o presidente
252 do Conselho Superior colocou em regime de votação essa proposição da mesa. Foi aprovada pela
253 maioria dos conselheiros. Dando continuidade, o presidente do Conselho Superior passou a tratar dos
254 itens nove e dez da pauta, respectivamente: **Aprovação de alterações no Regulamento da Política de**
255 **Assistência Estudantil – DIGAE e Aprovação de alterações no Regimento da Câmara de Assistência**
256 **Estudantil – DIGAE**, tendo em vista os colegas da Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil – DIGAE
257 já estarem presente à reunião. A seguir, o presidente do Conselho Superior apresentou os servidores
258 Laerte Karnopp e Josiela Cavalheiro que falaram das pequenas alterações no Regulamento de Política

259 Estudantil, já discutido anteriormente e aprovado na Câmara de Assistência Estudantil. Com a palavra, a
260 servidora Josiela Cavalheiro comunicou que devido à evolução da política nos *campi*, foram feitos alguns
261 ajustes nos regulamentos para adequá-los às necessidades dos *campi*, conforme os documentos
262 enviados para análise dos conselheiros. Logo após, o presidente do Conselho Superior perguntou aos
263 conselheiros se havia algum questionamento ou dúvida sobre os referidos documentos. Não houve
264 nenhum questionamento por parte dos conselheiros. Na sequência, o presidente do Conselho Superior
265 colocou em regime de votação os dois itens em bloco, que foram aprovados por unanimidade. Em
266 seguida, o presidente do Conselho Superior agradeceu a presença dos servidores da DIGAE. Em
267 prosseguimento, o presidente do Conselho Superior passou a tratar do item cinco da pauta: **Aprovação**
268 **do teor Ofício nº 01/2012, encaminhado pelos alunos dos Cursos Técnicos em Informática e em**
269 **Eventos à diretora-geral do *campus* Sapucaia do Sul – *campus* Sapucaia do Sul.** Com a palavra, o
270 presidente do Conselho Superior leu o referido ofício elaborado pela comissão de formatura dos cursos
271 técnicos de Informática do *campus* Sapucaia do Sul, solicitando algumas exceções no vigente
272 regulamento para a realização da formatura no IFSul, nos artigos quinto e sétimo. Basicamente, disse
273 que é uma proposição de mudança de regulamento e, uma vez modificado, terá que atender a todo o
274 IFSul, uma vez que somos uma unidade. Salientou que este regulamento vige e precisa do Conselho para
275 ser modificado. A seguir, o presidente do Conselho colocou à apreciação do conselho para que se
276 manifestasse a respeito. Com a palavra, o conselheiro Alex Orozco disse que nos cursos superiores a
277 colação de grau é obrigatória para a conclusão do curso e no ensino médio é informal, ou seja, é apenas
278 uma festividade, mas existe uma série de regras. Lembrou que, na última reunião do Conselho Superior
279 do ano passado, o *campus* Charqueadas trouxe um desses subitens que solicitava mais de um paraninfo
280 e foi aprovado, no entanto, não foi alterado no documento. Disse, então que essa solicitação deveria ser
281 desconsiderada porque já tinha sido aprovada anteriormente, mas o documento não foi atualizado.
282 Lembrou, também, que no ensino médio não é uma cerimônia formal e, nesse sentido, os alunos dos
283 cursos técnicos reclamam que, no regulamento deles, que é informal, há regras mais rígidas do que as
284 do curso superior. Disse que o processo de formatura deveria ser revisto no ano que vem. Salientou
285 que, da forma como esse documento está, tem gerado muito conflito ao em vez de agregar os alunos
286 durante as formaturas. Sugeriu a aprovação dessas mudanças, solicitadas pelos alunos no referido
287 ofício. A seguir, o conselheiro Antônio Pedro da Silva Junior reafirmou a fala do Conselheiro Alex
288 dizendo que os alunos do *campus* Charqueadas têm esse mesmo sentimento. Ressaltou que a cerimônia
289 de formatura dos técnicos é oficiosa e não tem nenhum amparo legal. Disse que o atual regulamento,
290 que trata desse assunto, não transmite a realidade do *campus* Charqueadas, que deve ter sido adaptado
291 do regulamento do *campus* Pelotas. Diante do exposto, o conselheiro Antônio Silva Junior concordou
292 em se realizar mudanças urgentes no atual regulamento. Logo após, o conselheiro Ricardo Sainz disse
293 que no início de dois mil e onze levou ao conselho documento dos alunos do *campus* Pelotas-Visconde
294 da Graça solicitando modificações no regulamento das formaturas e, naquele momento, foi resolvido de
295 forma paliativa e os alunos, à época, deveriam seguir a realidade da Universidade Federal de Pelotas.
296 Nesse sentido, reforçou o pedido do conselheiro Alex Orozco e sugeriu a formação de uma comissão

297 para revisar e reajustar o regulamento das formaturas à realidade dos *campi*. Com a palavra, o
298 presidente do Conselho Superior pronunciou-se dizendo que é contra a formatura do ensino técnico nos
299 atuais moldes. Disse que não é contra a realização da formatura, mas contra o processo que se envolveu
300 em torno dessas formaturas que é observado atualmente. Acrescentou que a formatura é meramente
301 comemorativa e não há nenhum significado oficial. Lembrou que antigamente as formaturas eram
302 patrocinadas pela instituição em todos os sentidos: os convites, o teatro, entre outros, mas hoje a
303 realidade é outra, empresas são contratadas pelos alunos formandos, as quais realizam toda a produção
304 das formaturas e os dirigentes, professores prestigiam a solenidade. Lembrou, também, que com a
305 expansão do instituto e a criação dos *campi* começaram a ocorrer formaturas nessas cidades com outras
306 culturas, necessidades, especificidades, por isso compreendeu a solicitação dos alunos do *campus*
307 Sapucaia do Sul no referido ofício. Ressaltou que, no seu entendimento, não se pode fazer distinções
308 para cada turma de formandos, tendo em vista o número de formandos em cada curso. Disse, também,
309 que deveríamos observar o crescimento da instituição, que o processo de formatura é complexo e por
310 isso se deva pensar em algo que seja bom para todos e na institucionalidade do instituto. Acrescentou
311 que algumas questões podem ter variáveis, outras, podem ser adaptadas à condição posta, mas
312 ressaltou que o que for aprovado para um determinado segmento deve valer para todos. A seguir, o
313 conselheiro Alex Orozco falou que a situação do *campus* Pelotas é bem particular, tendo em vista o
314 número maior de formandos e cursos e a decisão de realizar a formatura de vários cursos em um dia é
315 organizacional. Salientou, ainda, que não é uma situação que rege um regulamento e, sim, é o
316 regulamento que rege a situação, por isso não se deve usar o *campus* Pelotas como critério para reger
317 os outros *campi*, pelo fato de apresentarem realidades distintas. Defendeu que se façam regulamentos
318 para as formaturas separadamente, um para atender os cursos superiores e, outro, para os cursos
319 técnicos. Logo após, o conselheiro Conrado Chagas disse que a formatura é importante, tanto para o
320 ensino técnico, como para o ensino superior. Disse, também, que a formatura é almejada pelos alunos e
321 é motivadora e por isso não concorda com a uniformidade de regulamento. Acrescentou dizendo que
322 poderíamos adotar diretrizes, informando o que se pode e o que não se pode fazer nas formaturas e,
323 dessa forma, os *campi* se adaptariam na sua realidade. Com a palavra, o presidente do Conselho
324 Superior ressaltou por que se posicionou contra a realização das formaturas nos cursos técnicos. Disse
325 que, atualmente se percebe que as formaturas, principalmente na realidade de Pelotas, vêm tomando
326 uma dimensão mega, com muito dinheiro envolvido, muita indústria em volta dos eventos, criando uma
327 tensão e ansiedade nos alunos e, no seu entendimento, é desproporcional ao ato de ser ensino médio.
328 Quanto à uniformidade do regulamento, disse que ele se dá no mesmo nível das questões didático-
329 pedagógicas. Nesse sentido, salientou que poderia haver entendimentos básicos que pudessem ser
330 adaptados às regiões, mas deverá ficar bem claro e compreendido que o que se faz em um *campus* não
331 é possível fazer em outro. Na sequência, a conselheira Cleia Salles manifestou-se dizendo que
332 ultimamente tem-se observado que há uma desunião das turmas de formandos, pelo fato dos alunos
333 brigarem pela empresa que irá tirar as fotos, pela cor da flor. Desta forma, disse que devemos mudar
334 isso no sentido de auxiliar os alunos formandos para que vejam essa situação como um momento

335 festivo. Acrescentou que deve existir um formalismo na instituição, mas não se deveria fomentar essa
336 industrialização, devido ao custo muito alto na realização da formatura. Com a palavra, o presidente do
337 Conselho Superior disse que, nesse momento, deve ser analisado o pedido do *campus* Sapucaia do Sul,
338 pelo fato de ter enviado ofício de solicitação, até que se faça novo regulamento de formatura da
339 instituição. A seguir, o conselheiro Antônio Pedro da Silva Junior discordou de se abrir exceção para um
340 *campus*, devido ao fato de outros *campi* estarem enfrentando a mesma realidade. Diante do exposto, o
341 presidente do Conselho Superior questionou se, além do *campus* Sapucaia do Sul, algum outro diretor-
342 geral, representando a vontade de seu *campus* desejaria o mesmo tipo de condição que foi posta aqui
343 pelo *campus* Sapucaia do Sul. Nesse momento, manifestaram interesse os dos *campi* Charqueadas,
344 Passo Fundo e Camaquã. A seguir, o presidente do Conselho Superior colocou em regime de votação se
345 o conselho era favorável a que os referidos *campi*, que não entregaram pedido formal, sejam solidários
346 à solicitação do *campus* Sapucaia do Sul. Ficou aprovado, com um voto contrário, nas condições
347 expostas no ofício, ou seja, um orador e um paraninfo dos cursos e ambos farão pronunciamento e uma
348 música por curso técnico ou por turma, no caso de ensino médio e uma música por formando dos cursos
349 superiores, para a entrega dos certificados, para esta formatura. Após, o presidente do Conselho
350 Superior solicitou que os diretores-gerais dos referidos *campi* assinassem também o ofício de solicitação
351 do *campus* Sapucaia do Sul. Logo após, o presidente do Conselho Superior propôs que os diretores-
352 gerais se reunissem e fizessem uma rediscussão do regulamento das formaturas, separando o que é
353 graduação do que é ensino médio. Em prosseguimento, o presidente do Conselho Superior passou a
354 tratar do item seis da pauta: **Aprovação do Regulamento dos Núcleos de Assuntos Internacionais –**
355 **NAIS, da Assessoria de Assuntos Internacionais**, o qual foi apresentado pela Assessora de Assuntos
356 Internacionais, professora Lia Joan Nelson Pachalski. Com a palavra, a referida professora pronunciou-se
357 dizendo que esse regulamento foi construído em conjunto por todos os representantes dos *campi* em
358 reuniões. Acrescentou que esses núcleos têm o objetivo de proporcionar diálogos com maior fluxo de
359 informações e de documentação entre a Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSINT e a direção dos
360 *campi*. Não houve, por parte dos conselheiros, nenhuma dúvida e questionamento. Submetido à
361 votação, o referido regulamento foi aprovado, com uma abstenção. Nesse momento, o presente do
362 Conselho Superior agradeceu a presença da professora Lia Pachalski. A seguir, o presidente do Conselho
363 Superior colocou à apreciação do conselho sete itens em bloco, do número doze ao dezoito, tendo em
364 vista tratarem do mesmo assunto, relacionados à Pró-reitoria de Ensino - PROEN, conforme documentos
365 encaminhados aos conselheiros, anteriormente, para análise, ou seja: **Aprovação da alteração da carga**
366 **horária do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet; Aprovação do Projeto Pedagógico**
367 **do Curso Técnico em Eventos – forma integrada do *campus* Sapucaia do Sul; Aprovação da alteração**
368 **do regime de matrícula seriado para regime de matrícula por disciplina do Curso Superior de**
369 **Tecnologia em Sistemas para Internet, do *campus* Charqueadas; Aprovação da alteração da carga**
370 **horária do Curso Técnico em Informática – forma integrada e, Técnico em Agropecuária – forma**
371 **integrada, do *campus* Bagé; Aprovação das alterações do Projeto Pedagógico do Curso Superior de**
372 **Tecnologia em Viticultura e Enologia do *campus* Pelotas-Visconde da Graça; Aprovação do Projeto**

373 Pedagógico do Curso Técnico em Secretariado – forma integrada – EJA do *campus* Venâncio Aires e
374 Aprovação dos calendários acadêmicos dos *campi* Bagé, Camaquã, Charqueadas, Passo Fundo,
375 Santana do Livramento, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires. O conselheiro Francisco Brongar observou
376 que teve alteração/redução de números de horas em alguns cursos. Logo após, o presidente do
377 Conselho Superior colocou em regime de votação. Foram aprovados pela maioria esses itens, com uma
378 abstenção. Na sequência, o presidente do Conselho Superior disse que os itens sete e oito da pauta
379 tiveram como proponente o conselheiro Leonardo Soares, o qual não estava presente na reunião. Nesse
380 sentido, questionou ao conselho se seriam favoráveis à discussão dos referidos itens sem a presença do
381 conselheiro. Na oportunidade, a conselheira Daiane Luche Dorow esclareceu que o conselheiro
382 Leonardo Soares não pode comparecer à reunião, tendo em vista compromissos particulares urgentes,
383 mas pediu que o conselho não se abstivesse de discutir as suas propostas. Submetido à votação foi
384 aprovada a discussão dos itens sete e oito pela maioria. Logo após, o presidente do Conselho Superior
385 passou a tratar do item sete da pauta: **Discussão sobre a obrigatoriedade do Conselho Superior passar**
386 **a reunir-se uma vez em cada *campus* do IFSul.** Na oportunidade, o presidente do Conselho Superior
387 solicitou ao conselheiro Francisco Brongar que verificasse no regulamento do Conselho Superior se
388 consta a obrigatoriedade do CONSUP reunir-se uma vez em cada *campus*. Foi comunicado que no
389 regulamento não foi definida essa situação. Desta forma, o presidente do Conselho Superior disse que
390 seria uma proposta de obrigatoriedade ao processo e colocou para discussão dos conselheiros. A seguir,
391 o conselheiro Ricardo Sainz falou que para ser alterado o regulamento seria necessário dois terços dos
392 membros do conselho presentes à reunião, conforme consta no regulamento e, naquele momento, não
393 havia essa condição. Logo após, a conselheira Carina Mendes disse que sobre esse assunto deveria,
394 também se levar em conta o custo, que, com certeza, deverá ser mais elevado. Na sequência, a
395 conselheira Cléia Salles disse que seria interessante as reuniões do Conselho Superior realizarem-se em
396 outros *campi*, para proporcionar uma interação com a comunidade dos *campi* e também para as outras
397 comunidades conhecerem o que é o Conselho Superior, acrescentando que essa troca para a instituição,
398 mesmo sabendo que aumentasse o custo, seria positiva. Em prosseguimento, o presidente do Conselho
399 Superior manifestou-se dizendo que nesse assunto há obrigatoriedade de modificação regimental, e não
400 havendo número suficiente de conselheiros para votação haveria impedimento na continuidade desse
401 item. Salientou que o assunto é interessante e sugeriu que se encaminhasse essa proposta para a
402 próxima reunião. A seguir, pronunciou-se dizendo que é simpático à ideia geral, mas considerou o termo
403 “obrigatoriedade” ou “obrigado” demais, devido ao fato de que poderiam acontecer situações como
404 reuniões começarem em uma cidade e a próxima reunião necessitar continuar na mesma cidade. Disse,
405 então que deveria ser eliminada a palavra “obrigatoriedade” e trabalhar com consenso. Logo após, o
406 conselheiro José Carlos Nogueira lembrou que no regulamento consta que as reuniões acontecerão em
407 lugares determinados, através da convocação e salientou, também, que no artigo vinte do regulamento
408 do Conselho Superior consta que as reuniões do Conselho Superior não poderão exceder a três horas.
409 Na sequência, o presidente do Conselho Superior disse que se poderia considerar esse item como de
410 domínio do próprio conselho e ficaria a atribuição da resolução por conta do que consta no

411 regulamento, tentando realizar as reuniões itinerantes em diferentes *campi* com prévia consulta e
412 acerto com os diretores-gerais. A seguir, a conselheira Daiane Luche Dorow ratificou a importância
413 dessas reuniões itinerantes e ressaltou que quando o governo criou a política de expansão dos institutos
414 deveria ter previsto essa situação e acrescentou que essa interação seria interessante para a
415 comunidade, como também para os conselheiros conhecerem as comunidades dos *campi*. Dando
416 prosseguimento, o presidente passou a tratar do item oito da pauta: **Discussão e esclarecimento sobre**
417 **a forma atual de como são tomadas as decisões de abertura de novos *campi***. Com a palavra, o
418 presidente do Conselho Superior esclareceu que a abertura de novos *campi* é realizada através de
419 edital. Logo após, o conselheiro Adão Souza Júnior disse que existe uma questão institucional de como
420 seria o funcionamento desses *campi*. Falou que o processo atual é extremamente concentrado, desta
421 forma aparecem situações difíceis de serem resolvidas; como exemplo, citou o processo de
422 verticalização, que muitos acham importante, no entanto, quando são abertos cursos em áreas
423 diferentes há prejuízo desse processo. Pronunciou-se dizendo que criar o *campus* não é criar cursos, o
424 *campus* não é formado por cursos e sim, por pessoas com qualificações, linha de conhecimento em
425 áreas. Disse que após a definição do *campus*, com abertura de vários cursos, o corpo acadêmico ficaria
426 bastante fracionado, com dificuldade de realizar pesquisa, com dificuldade, também, de haver
427 especialização. Lembrou que há criação de *campus* na mesma região com as mesmas áreas, como
428 exemplo a informática e administração de empresas e, outras áreas não são contempladas. Ressaltou
429 que é preciso parar e pensar se é isto mesmo o que a gente quer em termos institucionais. Disse que
430 tem algo errado no processo de criação, na tomada de decisão, impedindo que essa decisão seja de
431 forma mais ampla, principalmente, na definição dos cursos, verificando-se se é realmente necessária a
432 criação de determinado curso nas regiões dos novos *campi*. Salientou que os nossos cursos são de
433 qualificação, por isso deve-se pensar no futuro. Disse que a criação dos *campi* deveria ser decisão do
434 Conselho Superior, propondo a criação de uma comissão multicampi, ligada na região,
435 institucionalizando o processo. A seguir, o presidente do Conselho Superior disse que esta discussão
436 deveria ser ampliada e, em alguns pontos o conselheiro Adão Souza Junior tem razão e são elementos
437 que agregam as discussões que já têm sido levantadas. Ressaltou que é importante uma discussão
438 ampliada para mostrar, não somente a questão da metodologia, mas como esse processo se define.
439 Colocou que tem de ser compreendido pelo Conselho que o pessoal que participa da implantação dos
440 *campi* trabalha com muito afinco, no sentido de tentar sempre a melhor posição, após diversas
441 discussões realizadas nessas regiões para contemplar o atendimento dos Arranjos Produtivos Locais –
442 APL, motivo pelos quais os institutos foram criados, buscar o atendimento dos arranjos produtivos
443 locais. Falou que, de repente, os indicadores são apenas indicadores, não significando que serão
444 finalizadores. Disse que nestes três *campi* em processo de implantação os indicadores foram escolhidos,
445 mas não significa com isso que serão implantados aqueles cursos exatamente na forma como ali foi
446 visto. Ressaltou que é uma discussão rica e devemos aprofundar e poderemos retomar algumas
447 posições, alguns dimensionamentos. Falou que a previsão de funcionamento desses novos *campi* será
448 mais adiante e, desta forma, poderíamos retomar e verificar determinadas áreas num todo. Falou,

Daiane

[Handwritten signature]

Ado



[Handwritten signature]



byr
Fils.

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

449 também que as pessoas envolvidas nesse processo realizaram discussões mais aprofundadas em outras
450 instâncias. Mostrou interesse de que esses profissionais, responsáveis pela implantação dos novos
451 *campi*, sejam ouvidos no Conselho Superior, não só para falarem sobre as questões metodológicas, mas
452 também sobre as questões da verticalização no processo. Após, manifestou-se quanto à escolha ao
453 curso de informática nos novos *campi* dizendo que está bem encaminhado, tendo em vista o déficit
454 apresentado nessa área. Na sequência, disse que esse assunto é interessante e importante e deveria se
455 chamar uma comissão e, nesse sentido, propôs colaborar em participar das discussões referentes a
456 esta proposição apresentada no Conselho Superior pelo conselheiro Leonardo Soares. A seguir, o
457 conselheiro José Carlos Pereira Nogueira contribuiu dizendo que a otimização dos recursos humanos e
458 financeiros requer uma análise e planejamento, não só com as necessidades regionais, mas como um
459 todo, de forma que se possa otimizar todos os recursos humanos, equipamentos, sem nenhuma
460 sobrecarga, sob pena de não podermos nos adequar aos aspectos legais e ao plano de metas do
461 instituto. Disse que podemos identificar regiões que tenham uma determinada demanda na
462 necessidade de cursos na verticalização, como os de graduação e, outras, que a demanda maior seja de
463 nível técnico. Salientou a importância do planejamento, tendo em vista que após os *campi* consolidarem
464 os cursos, há um trabalho rigoroso e demorado, porque demanda recursos humanos concursados. Logo
465 após, o conselheiro Alex Orozco sugeriu a criação de comissões formais para trabalharem junto às
466 pessoas responsáveis pelos novos *campi*. Com a palavra, o presidente do Conselho Superior disse que
467 não é favorável criar uma comissão dentro do conselho para ser uma gestora em paralelo às pessoas
468 que trabalham na implantação dos novos *campi*. Disse ainda que é favorável à discussão ampliada e
469 cada vez que um ato desses for proposto, ou seja, a vinda de um *campus*, que as pessoas sejam
470 convidadas a participarem de debates a respeito desse assunto. A seguir, a conselheira Cleia de Andrade
471 Salles disse que o Conselho Superior é que deveria se manifestar e sugeriu um momento de pauta só
472 para esse assunto. Acrescentou que as pessoas responsáveis pela implantação dos novos *campi*
473 apresentem o seu trabalho ao conselho com a possibilidade de os conselheiros fazerem
474 questionamentos. Ressaltou que a legitimidade é do Conselho Superior e não de comissões. O assunto
475 foi amplamente discutido e em seguida, o presidente do Conselho Superior propôs que na próxima
476 reunião do Conselho Superior se faça uma pauta para apresentação dos processos de implantação dos
477 novos *campi* do IFSul. Logo após, o conselheiro José Carlos Nogueira ressaltou que não vê a necessidade
478 de se montar comissão para tratar desse assunto, porque o fórum de discussão é o Conselho Superior e
479 é nele que se aprovam os cursos criados na Instituição. A seguir, a conselheira Daiane Dorow lembrou
480 que o presidente falou que o Conselho Superior não discute, aprova ou reprova e, nesse momento
481 registrou a importância da discussão das diretrizes no Conselho. Na sequência, o presidente do
482 Conselho Superior esclareceu que quando se posicionou nas questões de não discutir, foi com relação
483 aos assuntos que são devidamente encaminhados ao Conselho Superior para aprovação, cujos trabalhos
484 já foram desenvolvidos. Ressaltou que há assuntos pertinentes em que o Conselho Superior é o fórum
485 de discussão. Em prosseguimento, o presidente do Conselho Superior passou a tratar do último assunto
486 de pauta: **Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) – DTIC**, passando a palavra



Laurina



















487 para o Diretor da Diretoria de Tecnologias da Informação e Comunicação (DTIC), professor Renato
488 Marques Dilli. Na oportunidade, o conselheiro Francisco Carlos Gonçalves Brongar manifestou-se
489 dizendo que como conselheiro recebeu tal documento, mas os demais servidores o desconhecem e, por
490 isso, acrescentou de antemão que votará contra a aprovação desse documento. Disse, também, que a
491 comunidade não tomou conhecimento desse assunto. Acrescentou que esse documento deveria ser
492 retomado e enviado a todos os servidores para opinarem. Observou na leitura que os representantes
493 dos *campi* e os servidores da informática talvez tenham contribuído na construção do referido
494 documento, mas o restante da comunidade está alheia a esse documento. A seguir, o conselheiro Alex
495 Orozco explicou que o Plano Diretor define todo o processo de aquisição de equipamentos dos próximos
496 três anos, não só do setor de Tecnologia da Informação, mas inclui, também, todos os demais
497 laboratórios. Logo após, o presidente do Conselho Superior esclareceu que foi necessário passar pelo
498 conselho o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e considerando os prazos limites de entrega foi
499 incluído na pauta no último momento. Sugeriu que a reunião ficasse em aberto, caso não haja um
500 consenso de votação desse documento, para que se faça a divulgação a todos os pares da comunidade
501 e, após se retome a discussão, mas nada impede de haver uma apresentação aos conselheiros do que se
502 refere esse plano. Com a palavra, o Diretor da DTIC, professor Renato Dilli agradeceu a oportunidade de
503 falar sobre o Plano Diretor. Disse que o trabalho foi desenvolvido por vários meses para a elaboração
504 desse documento. Falou que tal documento foi construído pelo Comitê Gestor de Tecnologia da
505 Informação – CGTI e, esse Comitê foi criado de acordo com as orientações da Secretaria de Logística e
506 Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento. Disse que para a elaboração do documento
507 foram utilizados como base o modelo encaminhado pela referida Secretaria e também os planos de
508 outros Institutos. Disse, também, que esse Comitê é formado por representantes da área da Tecnologia
509 da Informação (TI) de todos os *campi* e representantes das diretorias e das pró-reitorias. Falou que foi
510 feito um diagnóstico na área de TI do IFSul, envolvendo todos os *campi*, um levantamento de pessoal,
511 de infraestrutura, de equipamentos, de softwares. Falou, também, que feito o levantamento foram
512 definidas quais seriam as prioridades na área de TI, do IFSul. Disse que esse Plano Diretor foi a primeira
513 experiência para todos do Comitê. Falou que para não prejudicar ninguém (os *campi*), a planilha/tabela
514 de investimentos foi colocada de maneira mais ampla, ou seja, são ações bem amplas de forma mais
515 genérica. Falou, também, que está programado para daqui a seis meses, após aprovação desse
516 documento, fazer uma nova revisão para tentar direcionar e alinhar melhor esses objetivos.
517 Acrescentou que foram feitos diagnóstico, levantamento de metas e planilha de orçamento individual
518 para cada *campus* para o prazo de dois anos e meio. Explicou que o Plano Diretor de Tecnologia da
519 Informação (PDTI) foi concluído em agosto deste ano. Justificou a demora na apresentação do PDTI
520 devido à greve e, também, pelo fato de o documento ter passado pelo processo de revisão e depois
521 retornado ao Comitê para avaliação. Falou que a preocupação de ser aprovado ainda em dois mil e doze
522 é pelo fato de o referido documento ter iniciado neste ano e constar na planilha de investimento de
523 todos os *campi* e reitoria para o segundo semestre de dois mil e doze. Falou, também que, caso o Plano
524 Diretor seja aprovado em dois mil e treze, terá que chamar o Comitê novamente para alterar o

525 documento e poderá atrasar ainda mais o processo. Acrescentou que foi feito um planejamento desde o
526 início do ano para o segundo semestre deste ano e, na revisão do PDTI, que será em julho de dois mil e
527 treze, será verificado o que não foi atingido nas metas. A seguir, o Diretor da DTIC, professor Renato Dilli
528 colocou-se à disposição para questionamentos. Os conselheiros apresentaram diversos
529 questionamentos e observações: - que os diretores-gerais não tomaram conhecimento da construção
530 desse plano; - que o Plano deverá constar no orçamento ; - que houve falha na comunicação durante
531 esse processo. Na oportunidade, o Diretor da DTIC, professor Ricardo Dilli manifestou-se dizendo que os
532 representantes do Plano dos *campi*, no Comitê tinham a tarefa de coletar as informações e repassarem
533 aos diretores-gerais. Com a palavra, o conselheiro Francisco Brongar falou que há problemas na área da
534 Tecnologia da Informação (TI) e achava que era no *campus* Pelotas, mas observou que é em todo o
535 IFSul. Disse que o pessoal da TI compra os equipamentos sem a consulta prévia nos cursos. Acrescentou
536 dizendo que as pessoas da TI são responsáveis, mas não poderiam decidir sozinhas quais as reais
537 necessidades dos cursos na área da informática. A seguir, o Diretor da DTIC, professor Renato Dilli disse
538 que o IFSul é cobrado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por não ter o PDTI e esse Plano impede a
539 aquisição de bens e serviços de TI, que tem de haver planejamento. Informou que o PDTI é o documento
540 principal e junto a ele foi elaborado processo formal de aquisição de bens e serviços de TI, assim, vai
541 existir um documento chamado Documento de Oficialização de Demanda - DODI, que todo o IFSul irá
542 utilizar e é um formulário, cuja área requerente terá de preencher. Informou, também, que ao
543 preencherem o formulário terão que definir onde no PDTI e no PDI, porque o PDTI está alinhado ao PDI,
544 colocando a referência do PDTI, qual será a ação que vai atender a aquisição de bens ou serviços.
545 Acrescentou dizendo que esse formulário, o DODI é onde a área requerente irá encaminhar para a área
546 do *campus* e o coordenador e/ou chefe da TI do *campus* dará o parecer. Informou que a área de TI não
547 impedirá a compra solicitada e, sim, irá recomendar se será pertinente a aquisição. Disse que será esse o
548 procedimento e que tem sido cobrado pelo TCU. A seguir, o conselheiro Alexandre Pitol Boeira
549 comentou da importância da existência desse Plano, mas se mostrou surpreso quanto à falta de
550 comunicação entre o Comitê e os *campi*, tendo em vista que ficou sabendo de informações do *campus*
551 lendo o documento. Falou, também, que ficou preocupado com referência a valores elevados, indicados
552 nas tabelas. Nesse momento, o Diretor da DTIC, professor Renato Dilli comentou que várias reuniões
553 ocorreram para a elaboração desse Plano e, na maioria delas, não houve a participação do
554 representante da área de TI do *campus* Passo Fundo. Na sequência, a conselheira Cléia Salles disse que
555 as reuniões do Comitê deveriam ter sido comunicadas à direção-geral dos *campi*. Logo após, o
556 conselheiro Alex Orozco observou que o que não está contemplado no documento/plano não poderá
557 ser realizado. Observou também que, na construção desse documento/plano os docentes que atuam
558 nos cursos/laboratórios de informática não foram consultados. Disse que o documento não mostra a
559 realidade do *campus* Sapucaia do Sul. Sugeriu mudança de postura, com novas estratégias na área de TI
560 do IFSul, com todos os envolvidos na área de informática e que seja participativa, para poder ser
561 representativa. Acrescentou que assim como o PDI representa toda a população do IFSul, que o PDTI
562 represente toda a população de TI do IFSul. A seguir, a conselheira Ana Maria Geller disse que temos

563 que obedecer aos prazos de empenho, por isso esse documento deveria ter sido encaminhado à
564 direção-geral bem antes para que pudessem realizar um planejamento. Em resposta, o Diretor da DTIC,
565 professor Renato Dilli, disse que a intenção era de ter concluído esse documento antes do mês de
566 agosto, mas infelizmente não foi possível. Sugeriu deixar o PDTI como foi planejado para os próximos
567 dois anos e a discussão entraria na revisão. Acrescentou que o planejamento de investimento de todos
568 os *campi* está para mais o genérico e não irá barrar nenhuma aquisição necessária aos *campi*. Explicou
569 que já se tem o documento principal, que já está formatado e organizado e, nesse sentido o que deveria
570 ser mais bem trabalhado seriam as metas de cada *campi*. Ressaltou que, na futura revisão, que será no
571 mês de julho de dois mil e treze, no primeiro semestre de dois mil e treze, os *campi* poderão trabalhar
572 melhor junto às áreas de TI, verificando no PDTI as reais necessidades. Na sequência, a conselheira Ana
573 Maria Geller manifestou-se dizendo que não conseguiu ver a lógica no documento, pelo fato de constar
574 aquisição de equipamentos de valores bem elevados. Salientou que o financeiro e o planejamento têm
575 de andarem juntos, devido ao orçamento dos *campi* ser limitado. Na oportunidade, a conselheira Cléia
576 Salles ressaltou dizendo que, primeiro, toda a convocação de servidor deveria chegar ao diretor-geral.
577 Disse que qualquer núcleo existente, qualquer diretoria sistêmica, se desejar convocar um
578 representante do *campus*, o diretor-geral tem de saber que aquele colega está sendo solicitado para um
579 determinado trabalho e, isso, observou que não aconteceu, por isso os *campi* estão com o mesmo
580 problema. Em segundo, informou que o representante de TI do *campus* Sapucaia do Sul em nenhum
581 momento repassou à direção que estava sendo montado o PDTI. Falou que o PDTI tem que estar ligado
582 à gestão como um todo, porque o orçamento do *campus* é um só, a não ser que esse recurso venha
583 através de termo de cooperação, junto ao MEC; desta forma, não se mexeria no orçamento do *campus*.
584 Ressaltou que nenhum colega que representa a TI dos *campi* tem autonomia de valor de gestão. Falou
585 que as informações colocadas no PDTI tem que serem justificadas no relatório anual, por isso não se
586 pode simplesmente jogar um valor. Acrescentou que o gestor, quando da realização do relatório tem de
587 justificar esses valores. A seguir, o Diretor da DTIC, professor Renato Dilli manifestou-se dizendo que o
588 representante de TI de cada *campus* deveria ter procurado a direção-geral e comunicado o trabalho do
589 Comitê. Nesse momento, foi informado pelos conselheiros que na maioria dos *campi* esse procedimento
590 não aconteceu. Justificou o Diretor da DTIC, professor Renato Dilli, que as reuniões do Comitê foram
591 prejudicadas, tendo em vista o período de greve. Logo em seguida, alguns conselheiros manifestaram-se
592 dizendo que esse documento deveria ter sido encaminhado à direção-geral, mesmo que não estivesse
593 pronto, pelo menos, como em processo de análise, para conhecimento dos dirigentes. Com a palavra, o
594 presidente do Conselho Superior observou, pelo que foi falado, foi montado um Comitê formado por
595 pessoas ligadas às TI de cada *campus*, que realizaram discussões em conjunto, as quais geraram o
596 documento ora apresentado para aprovação do Conselho. Observou, também, que o Comitê não
597 repassou o trabalho realizado aos diretores-gerais. Observou, ainda, que de certa maneira, as áreas de
598 TI de cada *campus* ficaram um pouco autônomas nessa discussão e repassaram a responsabilidade da
599 definição aos diretores-gerais que, na maioria, não conheciam o processo e, agora, se depararam com
600 situações, que muitas vezes, não seria aquelas que o *campus* estava priorizando. Ainda com a palavra,



Lauina











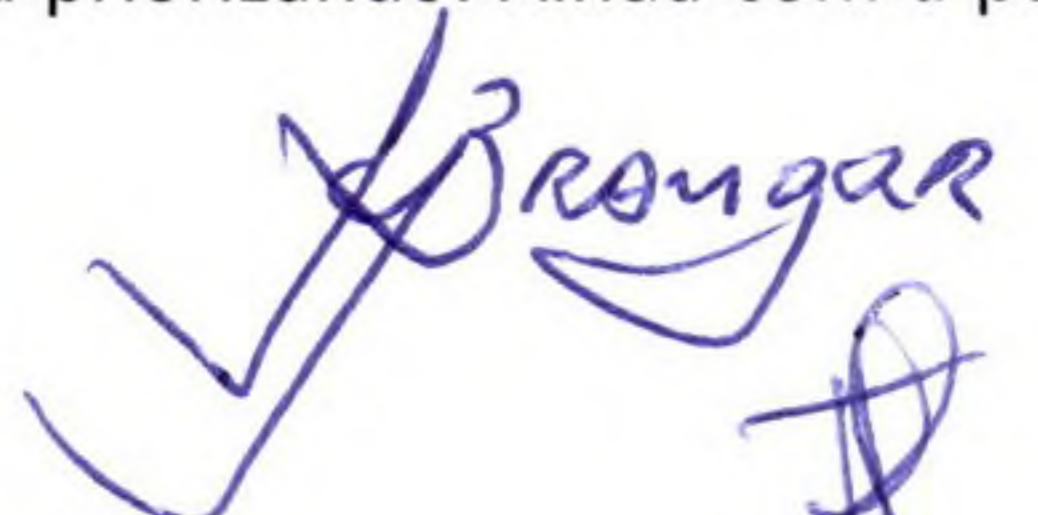










 Brongar



601 o presidente do Conselho Superior manifestou-se dizendo que dessa forma viu a impossibilidade total
602 de se tomar a definição nesse momento, porque tal documento está de encontro à gestão maior do
603 *campus*, tendo em vista que as informações contidas no documento, principalmente envolvendo
604 valores, não foram repassadas aos dirigentes. Nesse sentido, o presidente do Conselho Superior
605 pronunciou-se dizendo que seria necessário retomar esse processo. Acrescentou dizendo que os
606 diretores-gerais deverão ter um conhecimento mais aprofundado desse processo, chamando os seus
607 representantes de TI e questionando por que essas informações não lhes foram repassadas. A seguir, o
608 presidente do Conselho Superior disse que a Diretoria de Tecnologias da Informação e Comunicação-
609 DTIC preparasse um documento endereçado aos diretores-gerais, informando que foi confeccionado o
610 PDTI e que na próxima reunião do Conselho Superior serão tomadas decisões alusivas a cada *campus* e
611 que o responsável do Comitê pela DTIC discuta com a direção-geral do *campus* o que realmente deverá
612 ser produzido. Acrescentou que quem deverá discutir com os representantes de TI dos *campi* serão os
613 diretores-gerais, para não comprometerem o orçamento dos *campi*. Disse, também, que deveria ser
614 marcada uma reunião para essa discussão voltar e ser aprovada nos moldes dessa condição interna.
615 Questionou o presidente do Conselho Superior ao Diretor da DTIC se haveria algum prazo para a entrega
616 desse documento ou, ainda, se seria possível rever as posições internas dos diretores-gerais e eles
617 colocarem o que poderiam comprometer, a fim de não prejudicarem o orçamento do *campus* e, ao
618 mesmo tempo, que não impedirem as questões de aquisição, que são prioritárias. A seguir, o presidente
619 do Conselho Superior falou que o pessoal do Comitê deveria ser chamado atenção, no sentido de alertá-
620 los de que eles não têm autonomia de gestão e que não podem tomar decisões que comprometam
621 verbas e orçamento, acreditando que esse seria o melhor aspecto da tecnologia. Aconselhou aos
622 diretores-gerais que conversem com o representante do Comitê de seu *campus* e esclareçam essa
623 situação. Logo após, o Diretor da DTIC, professor Renato Dilli, disse que retirará do documento o ano de
624 dois mil e doze, devido a não aprovação nesse momento e, deixará o documento na data de 2013/2014,
625 atualizando as planilhas, removendo o semestre de dois mil e doze e, posteriormente, encaminhará aos
626 diretores-gerais dos *campi*. Na sequência, foi questionado pelos conselheiros se existia a preocupação,
627 por parte do Comitê, do teto para investimento. Em resposta, o Diretor da DTIC, professor Renato Dilli,
628 disse que, como presidente do Comitê, repassou orientação ao pessoal do Comitê, que devido ser a
629 primeira versão do PDTI, deixassem as metas genéricas para não prejudicar aquisições nos *campi* e, que
630 cada um trabalhasse no seu *campus*, montando as planilhas. A seguir, o Diretor da DTIC, professor
631 Renato Dilli, salientou que seria necessária a aprovação desse documento até o final de fevereiro de
632 2013. Salientou, ainda, que nesse documento foi apresentado um planejamento estratégico,
633 independente de ter o recurso e, sim, o ideal para o IFSul. Na sequência, a conselheira Cléia Salles
634 manifestou-se dizendo que se trata de documento institucional e será aprovado pelo Conselho Superior
635 é, portanto, documento a ser cumprido. Logo após, o conselheiro Alex Orozco pronunciou-se dizendo
636 que no atual documento há problema na distribuição de aquisição de equipamentos. Observou que
637 existem materiais que o *campus* necessitará e não está previsto no documento e, outros, que não seria
638 tão necessária a aquisição e foi previsto no referido documento. Na oportunidade, a conselheira Cleia

Caiana

Brangone

639 Salles sugeriu que se fizesse a discussão do documento sem a apresentação de valores, para não
640 amarrar o processo e, desta forma, estaria realizando-se a construção do documento sem as planilhas.
641 Na sequência, o presidente do Conselho Superior acrescentou que se fizesse então, a análise do
642 documento somente pelo aspecto técnico, retirando a parte de pessoal e do orçamento. O assunto foi
643 amplamente discutido e, em seguida o presidente do Conselho Superior encaminhou para aprovação
644 tudo que foi discutido no plano, no sentido de retomar a discussão do documento sob o aspecto
645 estrutura, sem o número de pessoal e sem o orçamento e, chamando para reunião no final de fevereiro
646 de dois mil e treze para a aprovação da rediscussão. A seguir, o presidente do Conselho Superior
647 colocou em regime de votação essa deliberação, a qual recebeu quinze votos a favor e quatro votos
648 contrários, com a declaração de voto contrário do conselheiro Alex Orozco, pelo fato do documento não
649 ter sido discutido junto à comunidade, antes de passar pelo Conselho Superior, o qual é transcrito,
650 conforme sua solicitação: "Declaro meu voto contrário a aprovação do PDTI em virtude do plano não ter
651 sido democratizado com os servidores antes da inserção de pauta no CONSUP." (sic). A seguir, o
652 presidente do Conselho Superior ratificou que o documento foi aprovado sem quantitativo, ou seja, sem
653 valores e sem o número de pessoal. Em prosseguimento, o presidente do Conselho Superior comunicou
654 que a próxima reunião do Conselho Superior será no dia vinte de fevereiro de dois mil e treze e
655 ressaltou que poderá haver uma reunião extraordinária, tendo em vista a questão no campus Pelotas-
656 Visconde da Graça sobre as eleições. Em seguida, agradeceu a presença de todos e desejou um Feliz
657 Natal. Falou, também, que nesta quarta-feira, dia cinco de dezembro de dois mil e doze, estará em
658 Brasília, juntamente com os diretores-gerais dos campi Bagé e Venâncio Aires, professores Idílio Manoel
659 Brea Victoria e Marcelo Bender Machado, respectivamente, os quais receberão no MEC o certificado de
660 inauguração dos referidos campi. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezoito horas
661 e eu, Clementina Rodrigues da Conceição, lavrei a presente ata que será assinada pelos Conselheiros.

[Handwritten signatures and names in blue ink:]

Francisco de Souza Gregório
Francisco Leine Simões
Danielle Schmechardt
Júlia Roberta Silva
Foguet
Diego Z. Saldanha
Stakthever
Laurina Mendes
Alex Orozco

[Other signatures:]
Cecilia
Douglas Rito de Ardu
Carlos Guilio Pires
Fátima Lopes Solari
Ficau de Souza
Clementina Rodrigues da Conceição